

LÍNGUA PORTUGUESA

MARQUE A ALTERNATIVA CORRETA

CARGOS DE DESCONFIANÇA

Há inúmeras causas históricas para explicar a corrupção que volta e meia se descortina no Brasil. Uma delas, e talvez a mais forte dos últimos tempos, é o excessivo número de cargos de confiança de que o governo dispõe para a barganha política. Dependendo do critério, são de 20 mil a 29 mil as vagas para colocar correligionários e apadrinhados políticos na máquina. Ou seja: quase 30 mil situações que levantam o sentimento de desconfiança no cidadão brasileiro.

O Estado brasileiro sempre foi amplamente utilizado para obtenção de apoio político. O governo do Partido dos Trabalhadores, contudo, inovou ao preencher os cargos de confiança. Na era FHC, optava-se por um pacote fechado, oferecendo-se a um partido um ministério ou uma estatal, de cabo a rabo. Já a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva tem outro estilo.

Na ponta da estratégia, é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema. Assim, por exemplo, um desafio relacionado com a miséria será encarado por profissionais recrutados de cinco ou quatro pastas. É o que vários petistas chamam de “transversalidade”.

Na hora de distribuir os cargos de confiança entre seus aliados, o PT adotou um sistema muito parecido com o de gestão. Em vez de entregar todos os cargos disponíveis de uma estatal, por exemplo, a um dos partidos, preferiu lotear seus assentos entre todas as legendas de base aliada. Ou seja, três ou quatro partidos passaram a ter voz ativa nas estatais, autarquias e nos ministérios. Na prática, o risco de pilhagem aumentou.

É preciso acabar com essa farra, que além de facilitar a corrupção contribui para deteriorar a qualidade do serviço público. Ao presenciar protegidos dos políticos assumindo os postos mais importantes da máquina, o funcionário público desestimula-se e não briga pela ascensão profissional. O serviço piora e quem paga o pato é o consumidor. Por isso, há duas providências urgentes a tomar: reduzir o número de cargos de confiança, tornando-os técnicos, e normatizar o uso das vagas políticas, para coibir excessos.

Somente com essas medidas o Brasil terá chances de contar com uma burocracia séria e competente.

ÉPOCA, nº 368, 6 junho 2005

01) A alternativa que melhor justifica o título **CARGOS DE DESCONFIANÇA** é:

(A) O Presidente da República não se sente à vontade para escolher os correligionários para ocupar as 29 mil vagas relativas a cargos de confiança no Brasil e delega essa atividade à sua equipe de governo, o que, às vezes, gera desconfiança de alguns políticos.

(B) Correligionários e apadrinhados não confiam uns nos outros e por isso solicitam ao PT que ambos ocupem essas 29 mil vagas à disposição do governo.

(C) São os ocupantes desses cargos de confiança os que, por desconfiarem de todos, aumentam a corrupção e contribuem para a má qualidade do serviço público.

(D) O povo brasileiro não confia na escolha de correligionários e apadrinhados para ocupar as vagas de cargos de confiança, pois sempre se opta por “pacotes fechados”.

(E) O brasileiro não confia na escolha de pessoas para assumirem os cargos de confiança dos governos, pois não há critérios que normatizem a escolha de pessoal para ocupar esses cargos.

02) O texto resume-se em

(A) apontar o problema da corrupção no Brasil, e mais especificamente, no que tange à ocupação dos cargos de confiança no atual governo.

(B) desmascarar os governos Lula e FHC, pois tanto o PT quanto o PSDB fazem acordos políticos ilícitos.

(C) alertar à população sobre a má qualidade do serviço público.

(D) enumerar as causas da corrupção no Brasil, enfatizando a era FHC.

(E) instigar os trabalhadores das estatais ao uso contínuo da greve, enquanto perdurar o problema da corrupção no Brasil.

03) Qual é a passagem do texto que cita, explicitamente, uma causa histórica da corrupção no Brasil?

(A) “... é o excessivo número de cargos de confiança de que o governo dispõe para a barganha política.”

(B) “O Estado brasileiro sempre foi amplamente utilizado para obtenção de apoio político.”

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - CONTADOR

(C) “Na ponta da estratégia, é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.”

(D) “Na hora de distribuir os cargos de confiança entre seus aliados, o PT adotou um sistema muito parecido com o de gestão.”

(E) “Ao presenciar protegidos dos políticos assumindo os postos mais importantes da máquina, o funcionário público desestimula-se e não briga pela ascensão profissional.

04) No texto apresentado, qual a função de linguagem predominante?

- (A) Expressiva
- (B) Referencial
- (C) Metalingüística
- (D) Conativa
- (E) Poética

05) Ao deslocarmos o adjunto adverbial **na ponta da estratégia**, presente em “Na ponta da estratégia, é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.” (3º parágrafo), é necessário que alteremos a posição da vírgula. Com base nesta assertiva, a alternativa que **transgredir**, segundo a norma culta, o emprego deste sinal de pontuação é:

- (A) É comum o Planalto, na ponta da estratégia, formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.
- (B) É comum, na ponta da estratégia, o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema.
- (C) É comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver, na ponta da estratégia determinado problema.
- (D) É comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios, na ponta da estratégia, para resolver determinado problema.
- (E) É comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios para resolver determinado problema, na ponta da estratégia.

06) Obedecendo à progressão de sentido feita pelo autor, pode-se afirmar que a conclusão do texto consiste em:

- (A) Propor soluções a fim de que os problemas que giram em torno dos cargos de confiança termine.
- (B) Mostrar que o problema da corrupção no Brasil é antigo e que, em hipótese alguma, terminará.

(C) Desacreditar à população brasileira quanto a possíveis medidas para amenizar ou talvez sanar o problema da corrupção no Brasil.

(D) Solidarizar-se com as medidas tomadas pelo governo do PT, quanto à transparência na ocupação das vagas políticas.

(E) Alertar que a “transversalidade” é o único caminho para a ocupação das vagas nos cargos de confiança.

07) Os vocábulos ou expressões **contudo** (2º parágrafo), **assim** (3º parágrafo), **ou seja** (4º parágrafo) podem ser substituídos, preservando-se suas similaridades semânticas, respectivamente, por:

- (A) nem, dessa forma, pois
- (B) mas também, pois, conseqüentemente
- (C) no entanto, dessa forma, isto é
- (D) todavia, em suma, pois
- (E) porém, no entanto, isto é

08) Em “... é comum o Planalto formar grupos de trabalhos de vários ministérios **para resolver determinado problema.**” e “... um desafio relacionado com a miséria será encarado por profissionais **recrutados de cinco ou quatro pastas.**”, as orações em destaque são reduzidas, respectivamente, de infinitivo e particípio. Estas orações, transformadas em desenvolvidas, preservando a mesma voz verbal, apresentam-se da seguinte forma:

- (A) para que determinado problema seja resolvido./que são recrutados de cinco ou quatro pastas.
- (B) para que se resolva determinado problema./que são recrutados de cinco ou quatro pastas.
- (C) para que se resolva determinado problema./que seriam recrutados de cinco ou quatro pastas.
- (D) que resolveriam determinado problema./para se recrutar de cinco ou quatro pastas.
- (E) resolvendo determinado problema./recrutando de cinco ou quatro pastas.

09) O pronome **os**, presente em “Por isso, há duas providências urgentes a tomar: reduzir o número de cargos de confiança, tornando-os técnicos, e normatizar o uso das vagas políticas, para coibir excessos.” (5º parágrafo), é um anafórico que substitui:

- (A) técnicos
- (B) cargos de confiança

- (C) uso
- (D) vagas políticas
- (E) excessos

10) Quanto à estrutura, organização e conteúdo do texto, analise as afirmações que são feitas nos itens abaixo:

I. Os dois pontos que aparecem em “Ou seja: quase 30 mil situações que levantam o sentimento ...” (1º parágrafo) podem ser substituídos, sem que haja alteração de sentido, por uma vírgula.

II. No período “Dependendo do critério, **são de 20 mil a 29 mil as vagas** para colocar correligionários na máquina.” (1º parágrafo), a oração em destaque apresenta o sujeito deslocado da ordem direta.

III. O texto, por fazer parte de uma revista de circulação nacional, foi escrito, predominantemente, conforme o padrão não-formal do português brasileiro.

IV. O autor optou, prioritariamente, por organizar seu texto em primeira pessoa a fim de que pudesse manifestar sua opinião.

A alternativa que apresenta apenas as afirmações corretas é:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) I e IV
- (D) II e III
- (E) II e IV

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) É, normalmente, por meio da Contabilidade que as entidades divulgam aos seus diferenciados usuários o seu desempenho econômico, social e de responsabilidade corporativa e pública. (Revista Brasileira de Contabilidade, 2002).

Diante do enunciado acima, podemos afirmar que a Contabilidade

- (A) é uma metodologia para demonstração do desempenho de uma entidade com fins lucrativos.
- (B) é uma ferramenta capaz de facilitar a análise econômica, social e financeira de Entidades sem fins lucrativos.
- (C) tem como objetivo gerar relatórios para atender ao fisco e aos demais interessados.
- (D) deve ser vista como um sistema de informações que auxilia o administrador no processo de tomada de decisão, através do fornecimento contínuo de informações econômico-financeiras da Empresa.

(E) é um sistema de informações que tem a finalidade de disponibilizar aos seus usuários o desempenho físico e sócio-econômico de entidades com ou sem fins lucrativos.

12) Qual a opção correta com relação ao Regime Contábil utilizado na Contabilidade Pública brasileira?

- (A) A Contabilidade Pública brasileira utiliza o regime de competência e o da publicidade.
- (B) Na Contabilidade Pública brasileira adota-se o regime de caixa e o da oportunidade.
- (C) Na Contabilidade Pública brasileira o regime adotado é o misto, ou seja, o de caixa e o da competência.
- (D) No Brasil, a Contabilidade Pública adota o regime de caixa e o da publicidade.
- (E) A Contabilidade Pública, por determinação da lei 4.320/64, adota o regime de caixa e o da publicidade.

13) Analise os enunciados abaixo com relação aos Princípios Fundamentais da Contabilidade e assinale a opção **correta**.

- (A) O princípio da OPORTUNIDADE determina que a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
- (B) O Princípio da OPORTUNIDADE estabelece que, uma vez integrados no patrimônio, o bem, direito ou obrigação não poderão ter alterados seus valores intrínsecos, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais.
- (C) O Princípio da OPORTUNIDADE determina que a atualização monetária não representa nova avaliação, mas, tão-somente, o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores, ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.
- (D) O Princípio da OPORTUNIDADE refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.
- (E) O Princípio da OPORTUNIDADE estabelece que os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - CONTADOR

registros contábeis, através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

14) Na questão a seguir, relativa à lei 4320/64, quanto ao exercício financeiro, receitas e despesas, é correto afirmar que:

- (A) Pertencem ao exercício financeiro todas as receitas nele arrecadadas e todas as despesas nele legalmente empenhadas.
- (B) Somente as receitas de capital e as despesas de pessoal, no exercício financeiro, são arrecadadas e legalmente empenhadas.
- (C) Somente as receitas patrimoniais e as despesas de pessoal, no exercício financeiro, são arrecadadas e legalmente empenhadas.
- (D) São todas as receitas no exercício financeiro arrecadas e as despesas empenhadas, exceto as receitas administrativas e as despesas de aluguéis.
- (E) Somente as despesas com serviço da dívida são, no exercício financeiro, empenhadas.

15) O Sr. Augusto Gentil Vieira, titular da empresa Comércio de Importados Amapá Ltda, reside no mesmo edifício onde está alocada a sede de sua empresa. No andar térreo está instalada a empresa e, no andar superior, a sua residência. O imóvel é alugado existindo um único contrato de locação, cujo valor mensal do aluguel é de R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais), que é assumido pela empresa mensalmente.

Dentre os Princípios Fundamentais da Contabilidade relacionados abaixo, o que condena a prática descrita, anteriormente, é:

- (A) Prudência.
- (B) Oportunidade.
- (C) Competência.
- (D) Entidade.
- (E) Continuidade.

16) Quanto às Despesas Públicas, é correto afirmar que:

- (A) Os investimentos em obras públicas são classificados como receitas públicas.
- (B) Os estágios das despesas orçamentárias são: a licitação, a liquidação e o pagamento.
- (C) Os investimentos estão classificados como despesas de capital.
- (D) As despesas correntes de pessoal civil são consideradas de investimentos.
- (E) As aquisições de títulos representativos de capital de empresas em funcionamento são consideradas como despesas de custeio.

17) A Legislação Societária estabelece que, ao fim de cada exercício social, sejam elaboradas com base na escrituração contábil as seguintes demonstrações, **exceto**:

- (A) Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.
- (B) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (C) Demonstração do Fluxo de Caixa.
- (D) Balanço Patrimonial.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

18) Quanto às Receitas Públicas indique a opção **incorreta**.

- (A) O superavit do orçamento corrente é considerado Receita de Capital.
- (B) As receitas tributárias, de contribuição, patrimonial, agropecuária, as provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos, industriais, de serviço são consideradas receitas correntes.
- (C) No orçamento público brasileiro, as receitas estão classificadas em categorias econômicas.
- (D) A receita pública brasileira percorre os estágios da fixação, arrecadação e liquidação.
- (E) O recolhimento da receita pública caracteriza-se pela transferência do produto da arrecadação diretamente ao caixa do tesouro.

19) Ao final do exercício de 2004, a Empresa FOX Ltda, obteve as seguintes saldos de contas:

Descrição das Contas	Em reais
Caixa	1.000,00
Reserva Legal	3.200,00
Depreciação Acumulada	4.300,00
Lucros Acumulados	25.000,00
Provisão para Contingências trabalhistas	6.500,00
Instalações	19.000,00
Debêntures a Pagar	1.000,00
Despesas Antecipadas	7.400,00
Adiantamento a Fornecedores	4.200,00
Fornecedores	28.000,00
Impostos a Recolher	8.600,00
Aplicações de Liquidez Imediata	45.000,00

A opção, que representa o valor do Ativo Total presente no Balanço Patrimonial é:

- (A) 61.300,00
- (B) 75.600,00
- (C) 72.400,00
- (D) 72.300,00
- (E) 70.400,00

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - CONTADOR

20) Nas opções abaixo apenas **uma** contém o conceito de orçamento público, assinale-a

(A) O orçamento público deve compreender todas as receitas e todas as despesas do poder público, quer na esfera Federal, Estadual e do Distrito Federal.

(B) O Orçamento público deve compreender todas as receita e todas as despesas do poder público quer na esfera Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal.

(C) O orçamento público deve compreender todas as despesas e todas as receitas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, compreendendo, ainda, o Ministério Público Federal.

(D) O orçamento público deve compreender todas as receitas e todas as despesas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário tanto da esfera Federal, Estadual, Municipal como também do Distrito Federal.

(E) O Orçamento público é uma ferramenta de que dispõe o poder público em qualquer de suas esferas para exprimir, em determinado período, seu programa de atuação, especificando a origem e o montante dos recursos a serem obtidos, bem como a natureza e o montante das despesas a serem realizadas.

21) A globalização das economias, com o advento do Mercosul e o interesse de investidores internacionais, tem provocado a elaboração e divulgação de uma demonstração denominada Demonstração de Valor Adicionado, embora considerada não obrigatória. Essa Demonstração tem como finalidade, **exceto**:

(A) Destacar os gastos com os empregados.

(B) Demonstrar os Investimentos na comunidade.

(C) Demonstrar os Investimento no meio ambiente.

(D) Evidenciar detalhadamente a participação de investidores nos resultados da empresa.

(E) Demonstrar o montante de tributos recolhidos.

22) Sobre os princípios orçamentários adotados na Contabilidade Pública, podemos afirmar que:

(A) O princípio da UNIDADE determina que o orçamento de cada ente federado tenha limitada a sua vigência ao período orçamentário expresso em lei.

(B) O princípio da UNIDADE deve apresentar todos os embolsos e desembolsos da administração pública em qualquer de suas esferas de governo.

(C) O princípio da UNIDADE determina que cada ente da federação só pode elaborar para si, tão-somente um único orçamento anual.

(D) O princípio da UNIDADE preconiza que o Estado brasileiro pode realizar com a garantia de validade dos seus atos, todas as atividades que pretende levar à execução.

(E) O princípio da UNIDADE proíbe incluir na lei orçamentária anual dispositivos indiferentes à previsão da receita e à fixação das despesas.

23) Os fatos modificativos são aqueles que envolvem contas:

(A) ativas e passivas.

(B) patrimoniais e de resultado.

(C) de ativo circulante e passivo circulante.

(D) de ativo circulante e longo prazo.

(E) de despesas e receitas.

24) - A abertura de crédito adicional para a criação de um novo Órgão/Ministério e para despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, constituem créditos:

(A) Suplementar e Especial.

(B) Suplementar e Extraordinário.

(C) Suplementar, Especial, e Extraordinário.

(D) Especial e Extraordinário.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores.

25) Com relação à Reserva Legal é correto afirmar:

(A) A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de 1% do Lucro líquido do Exercício, calculados antes de qualquer outra destinação, e até que o saldo da reserva atinja o montante correspondente a 30% do Capital Social.

(B) A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de 5% do Lucro líquido do Exercício, calculados antes de qualquer outra destinação, e até que o saldo da reserva atinja o montante correspondente a 20% do Capital Social.

(C) A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de 2% do Lucro líquido do Exercício, calculados, antes de qualquer outra destinação, e até que o saldo da reserva atinja o montante correspondente a 7% do Capital Social.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - CONTADOR

(D) A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de 1% do Lucro líquido do Exercício, calculados antes de qualquer outra destinação, e até que o saldo da reserva atinja o montante correspondente a 12% do Capital Social.

(E) A Reserva Legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social. É constituída anualmente pela apropriação de 10% do Lucro líquido do Exercício, calculados antes de qualquer outra destinação, e até que o saldo da reserva atinja o montante correspondente a 20% do Capital Social.

26) É correto afirmar que os critérios de classificação da receita e despesa quando da programação, execução, acompanhamento, controle e avaliação da atividade financeira estão definidas em:

(A) Institucional, segundo sua disponibilidade funcional.

(B) Institucional, segundo sua natureza funcional.

(C) Institucional, segundo sua classificação funcional.

(D) Funcional – programática.

(E) Institucional, segundo sua natureza e quanto às fontes de recursos, institucional, funcional-programática e segundo sua natureza.

27) Considerando os valores do Ativo(A), passivo Exigível(PE) e Patrimônio líquido(PL), compor a Equação Básica da Contabilidade e indicar aquela que apresenta Passivo a Descoberto.

(A) A = R\$ 1.200,00
PE = R\$ 1.100,00
PL = R\$ 900,00

(B) A = R\$ 1.500,00
PE = R\$ 1.500,00
PL = 0

(C) A = R\$ 2.200,00
PE = 0
PL = R\$ 2.200,00

(D) A = R\$ 800,00
PE = R\$ 1.000,00
PL = (-) R\$ 200,00

(E) A = R\$ 1.400,00
PE = R\$ 0
PL = R\$ 1.400,00

28) Representa(m) a(s) receita(s) extra-orçamentária(s), **exceto**:

(A) Consignações e outras retenções recolhidas no exercício.

(B) Salários de servidores não reclamados, depósitos revestidos, realizados por contratos inadimplentes.

(C) Salários de servidores não reclamados e sentenças desfavoráveis a contribuintes, tendo realizado depósitos em garantia.

(D) Salários de servidores não reclamados.

(E) Valores recebidos de bens ausentes.

29) A Contabilidade utiliza o método das partidas dobradas para realizar a escrituração contábil. A realização dos lançamentos geram fórmulas que identificam o número de débitos e créditos decorrentes do registro de fatos contábeis. Observe o seguinte fato:

A Empresa Açai Ltda, adquiriu um software para uso na contabilidade por R\$ 3.000,00 mais um scanner por R\$ 400,00, do Fornecedor BIT. No ato da compra, foi pago, com dinheiro, a importância de R\$ 1.400,00 e o saldo será pago em 30 dias.

Com base no enunciado acima, identifique a fórmula de lançamento.

(A) 1ª Fórmula

(B) 4ª Fórmula

(C) 2ª Fórmula

(D) 3ª Fórmula

(E) 5ª Fórmula

30) Institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O enunciado acima refere-se à:

(A) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

(B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

(C) Lei Complementar 101 de 04.03.2000.

(D) Lei Complementar 101 de 04.03.2001.

(E) Lei 4.320 de 17.03.1964.

31) Suponha que a Empresa Cabo Orange Ltda obteve uma receita de R\$ 800 mil no período, só recebendo 47% e uma despesa de 400 mil, desses, 260 mil já foram pagos. Após a apuração, a Empresa terá os seguintes resultados pelos Regimes de Competência e de Caixa, respectivamente.

Os resultados pelos regimes de competência e Caixa são respectivamente:

(A) 24 mil e 116 mil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - CONTADOR

- (B) 400 mil e 116 mil
- (C) 116 mil e 540 mil
- (D) 24 mil e 400 mil
- (E) 540 mil e 116 mil

32) O limite máximo de gastos com pessoal, em relação à receita corrente líquida, constitui uma característica marcante da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Sobre esse aspecto, analisando as alternativas abaixo, indique a opção que corresponde aos dispêndios com pessoal por poderes constituídos no âmbito de cada ente federado.

(A) Na esfera Federal: 2,5% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União; 6% para o Judiciário; 40,8% para o Executivo e 0,7% para o Ministério Público da União.

Na esfera Estadual: 3,5% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado; 6% para o Judiciário; 49,5% para o Executivo e 1,0% para o Ministério Público dos Estados;

Na esfera Municipal: 8% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver, e 52% para o Executivo.

(B) Na esfera Federal: 2,5% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas da União; 6% para o Judiciário; 40,9% para o Executivo e 0,6% para o Ministério Público da União.

Na esfera Estadual: 3,0% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, 6% para o Judiciário, 49% para o Executivo e 2,0% para o Ministério Público dos Estados;

Na esfera Municipal: 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver, e 54% para o Executivo.

(C) Na esfera Federal: 60%;

Na esfera Estadual: 50%;

Na esfera Municipal: 50%.

(D) Na esfera Federal: 60%;

Na esfera Estadual: 50%;

Na esfera Municipal: 49%.

(E) Nenhuma das alternativas anteriores.

33) A conta contábil a ser lançada a débito em contra partida à constituição da Provisão para Devedores Duvidosos é:

- (A) Duplicatas a receber.
- (B) Duplicatas a pagar.
- (C) Despesas com provisão para devedores duvidosos.
- (D) Provisão para crédito de liquidação duvidosa a recuperar.
- (E) Devedores duvidosos a recuperar.

34) Nas alternativas abaixo, indique a assertiva que representa as modalidades de licitações.

(A) Concorrência, inexigibilidade, tomada de preço, convite, concurso e leilão.

(B) Concorrência, inexigibilidade, dispensa, tomada de preço, convite, concurso, leilão.

(C) Concorrência, dispensa, convite, concurso, leilão.

(D) Concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão.

(E) Dispensa e Inexigibilidade.

35) O mundo dos negócios tem passado por transformações, para melhor atender aos anseios dos clientes. Esse comportamento tem conduzido a Empresa a pensar na premiação de seus colaboradores pelas metas superadas. Uma das formas é a Participação nos Lucros. A conta Participação de Empregados nos Lucros será apresentada na seguinte Demonstração Financeira:

(A) Demonstração do Lucro Realizado.

(B) Demonstração do Resultado do Exercício.

(C) Demonstração do Lucro Líquido da Empresa.

(D) Balanço Patrimonial.

(E) Demonstração do Plano de Negócios.

36) Quando houver inviabilidade de competição, em, especial para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante exclusivo, a Administração Pública deverá contratar através de:

(A) Dispensa de Licitação.

(B) Convite.

(C) Tomada de Preço.

(D) Inexigibilidade de Licitação.

(E) Concorrência.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - CONTADOR

37) A Empresa Tumucumaque Ltda, no encerramento do exercício 2004, obteve as informações relacionadas abaixo:

Descrição das Contas	Em reais
Bancos	25.000,00
Despesas do Exercício Seguinte	3.900,00
Imóveis para Renda	44.700,00
Resultados de Exercícios Futuros	9.000,00
Lucros Acumulados	34.700,00
Provisão para Contingências Judiciais	3.500,00
Participação em outras Empresas	7.400,00
Empréstimos Bancários	21.600,00
Impostos a recuperar	4.200,00
Fornecedores	22.000,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.000,00
Impostos a Recolher	5.600,00
Amortização Acumulada	8.800,00

Com base nos dados fornecidos, assinale a opção que corresponde ao valor do Ativo Permanente que estará presente no Balanço Patrimonial após a sua elaboração.

- (A) 65.100,00
- (B) 56.300,00
- (C) 57.900,00
- (D) 53.100,00
- (E) 59.800,00

38) Quanto aos tipos de Auditoria, pode-se afirmar que estão definidas da seguinte forma:

- (A) De gestão, de programa, operacional, contábil, de sistema e especial.
- (B) De controle, de programa operacional, e de sistema.
- (C) De controle de programa e de sistema.
- (D) De especial, extraordinária e de pessoal.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores.

39) Com relação aos Regimes de Competência e de Caixa, pode-se inferir, respectivamente, que considera-se a:

- I - Receita Ganha e a Despesa Consumida.
- II - Receita Recebida e Despesa Consumida.
- III - Receita Recebida e a Despesa Paga.
- IV - Receita Ganha e Despesa Consumida.
- V - Receita Recebida e a Despesa Paga.

Diante das opções apresentadas, pode-se afirmar:

- (A) I e III estão corretas
- (B) IV e V estão corretas

- (C) I e II estão corretas
- (D) V e IV estão corretas
- (E) IV e III estão corretas

40) Quanto ao parecer restritivo, este será emitido pelo auditor quando:

- (A) O auditor verificar a não-observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.
- (B) O auditor constatar a existência de desfalque, alcance, desvio de bens ou outros atos feitos em desacordo com os regulamentos e leis em vigor de que resulte prejuízo quantificável para a fazenda.
- (C) O auditor constatar falha, omissão ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas e diretrizes governamentais, quanto à legalidade, legitimidade, e economicidade, e que, pela sua irrelevância ou imaterialidade, não caracterizarem irregularidade de atuação dos agentes responsáveis.
- (D) O auditor formar opinião de que, na gestão dos recursos públicos, foram adequadamente observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.
- (E) O auditor verificar e certificar as contas dos responsáveis pela aplicação, utilização ou guarda de bens de valores.